

*Reinaldo Matias Fleuri (org.)
Ilse Scherer-Warren
Paola Falteri
Silvio Coelho dos Santos
Roselys Izabel Correa dos Santos
Piero Brunello
Telma Anita Piacentini
Fiorella Giacalone
Cristiana Tramonte
Maristela Fantin
Victor Vincent Valla
Ricardo Massa*



INTERCULTURA E MOVIMENTOS SOCIAIS

MOVER/NUP
1998

Movimentos sociais, educação popular e intelectuais: entre algumas questões metodológicas.

Victor Vincent Valla

Aquele que, estando inserido na universidade brasileira, aventurar-se a revelar preocupações com os movimentos sociais e educação popular, possivelmente se deparará com algumas contradições. Enquanto o trabalho na universidade implica projetos de investigação, estudo, sala de aula e reuniões de trabalho, por outro lado o envolvimento com os movimentos sociais e a educação popular implicam a inserção no meio popular, que por sua vez inclui também estudo, investigação e reuniões de trabalho. O ideal é que o estudo e a investigação sejam convergentes. Mesmo assim, as contradições são várias, principalmente porque se está lidando com ritmos e lógicas diferentes. Uma vez assumido o compromisso de inserção, tanto na universidade como no meio popular, as demandas são permanentes e exigem constantemente que o “aventureiro” faça uma seleção, o que nem sempre é possível para quem é funcionário da universidade.

Os colegas freqüentemente me dizem que este estilo de trabalho não permite realizar com qualidade nenhuma das duas propostas, pois cada uma delas exige o equivalente do tempo integral. Por exemplo, ou a presença sistemática nas reuniões de associações de moradores ou nas do Conselho Municipal de Saúde não permite que se acompanhe adequadamente o que está sendo produzido em revistas e livros, ou a dedicação quase exclusiva ao mundo acadêmico faz com que se afaste e se perca contato com as organizações populares.

Na realidade, o que é necessário é desenvolver uma delicada relação dialética entre o trabalho acadêmico e o popular, mediante a qual as novas propostas teóricas indiquem novos olhares sobre o trabalho popular, ao mesmo tempo que a inserção no meio popular nos ajude a selecionar as propostas que possam ser úteis nas duas tarefas; mas, ao mesmo tempo, nos permitam também elaborar teoricamente a partir desta inserção.

Pessoalmente, tenho tido acesso a algumas discussões teóricas inovadoras sobre movimentos sociais e educação popular, tanto mediante o estudo pessoal, quanto a partir das leituras e estudos dos orientandos, seja no Programa de Pós-Graduação de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), seja no de Educação (UFF). Simultaneamente, através do “Programa de Investigação sobre as Condições de

Vida na Região da Leopoldina, Rio de Janeiro”, tem sido possível perceber algumas questões teórico-metodológicas, tanto através do contato sistemático com as classes populares como também em encontros com autoridades do Município do Rio de Janeiro.

O texto a seguir representa um esforço de sistematizar essas novas percepções, sejam elas do mundo acadêmico, sejam do meio popular. Na realidade, um esforço de ver o conteúdo das aulas e das dissertações, assim como os resultados da investigação na Vila Leopoldina, como percepções decorrentes de um só programa de trabalho.

Do “consumo coletivo” à “crise de interpretação”

Por alguns anos, muitos dos que se dedicam às questões dos movimentos sociais e da educação popular têm utilizado uma abordagem teórica que tem sido extremamente útil para a compreensão da sociedade latino-americana. Trata-se de uma discussão que tem como seu ponto de partida a questão da distribuição do dinheiro público pelos governantes através do “consumo coletivo” e da “infra-estrutura industrial” (MOISÉS, 1982). O “consumo coletivo” se refere essencialmente aos serviços básicos necessários para a reprodução da força de trabalho da população, em particular, da população trabalhadora (água e esgoto, escola pública, saúde pública, transporte público, creches públicas, etc.). A outra via, a “infra-estrutura” industrial, se refere às grandes obras que todo governo precisa desenvolver para garantir o próprio funcionamento da sociedade: ferrovias, rodovias, usinas, barragens, etc. (VALLA; STOTZ, 1993c).

Uma vez que os recursos para estas obras provém do mesmo dinheiro público, verifica-se que, nos países de economias periféricas, grandes *lobbies* capitalistas nacionais e internacionais induzem os governantes a investir em obras de infra-estrutura industrial de acordo com os interesses das pequenas parcelas da população abastada (por exemplo, no Rio de Janeiro, investiu-se na via expressa “Linha Vermelha” ao invés de em ferrovias e metrô). Tal política de investimentos acaba prejudicando a quantidade e qualidade dos serviços do consumo coletivo, afetando, assim, de maneira dramática, a qualidade de vida de grandes parcelas das classes populares (VALLA; STOTZ, 1993c).

Dentro desse esquema bastante amplo, surge a proposta de organização e pressão da “sociedade civil de caráter popular” (VALLA; STOTZ, 1993b), para fazer frente a esse quadro e obrigar os governantes a modificar a política dos investimentos de modo a garantir um consumo coletivo de qualidade.

Se, por um lado, essa abordagem continua sendo adequada como um ponto de partida para compreender as desigualdades da sociedade brasileira, por outro lado, do ponto de vista de quem se preocupa em desenvolver trabalhos com as classes populares, trata-se de um assunto cujo quadro de referência já é

estabelecido de antemão. Pois, “quem sofre as necessidades não tem papel ativo em determiná-las como tal. Tornam-se, praticamente, pontos de partida absolutos para os processos de reivindicação urbana das classes populares, às quais são compelidos a responder” (NUNES, 1989).

Dentro deste mesmo quadro de análise, vem sendo desenvolvida na Escola Nacional de Saúde Pública, uma discussão voltada para a capacitação das classes populares nestes embates com as autoridades sobre o consumo coletivo. A categoria “capacitação técnica” aponta para a necessidade de superar um discurso político das lideranças populares que, embora dêem conta de uma macro-análise da sociedade, ignoram a necessidade de uma série de subsídios técnicos aos quais os grupos reivindicatórios ainda não têm acesso (por exemplo, questões de contabilidade das associações, subsídios sobre orçamento municipal e questões como saneamento básico e o chamado “fracasso escolar” das crianças das classes populares) (VALLA, 1993).

Na medida em que se aprofundava essa discussão, surgiu um questionamento sobre o “repasso” de informações às classes populares. Formulou-se a seguinte pergunta: “Bastaria (aos intelectuais e às lideranças) conhecer a realidade dos grupos com que se relacionam para poder facilitar a transmissão, ou é necessário mais do que isso? A questão é facilitar, simplificar a mensagem, ou é a de possibilitar a construção de um outro conhecimento, que é resultado de uma relação desigual entre as duas partes?” (VALLA, 1993a). Parece que a resposta a estas perguntas seria: “é necessário completar uma equação capenga que (freqüentemente) inclui apenas uma das partes integrantes do processo de elaboração do conhecimento” (VALLA, 1994).

Neste momento foi possível perceber que é essencial ter claro o papel de quem propõe este tipo de trabalho de educação popular, justamente para poder superar essa crise de interpretação, de compreensão, por não incorporar organicamente os pontos-de-vista da população. É que, se de um lado, não é possível desatar esse nó de compreensão sem um contato sistemático com segmentos das classes populares, de outro lado, sem novas perspectivas teórico-metodológicas, dificilmente o debate poderia avançar.

Indo ao campo para compreender melhor a cidade

Alguns autores têm chamado a atenção para um modo de olhar preconceituoso de militantes e intelectuais sobre o trabalhador do campo. Em se tratando dessa questão e com o intuito de combater concepções como “atraso”, “isolamento” e “ignorância” do trabalhador rural, têm surgido discussões que não somente contribuem para desmistificar esses equívocos, mas que também levantam pontos que podem lançar novas luzes sobre a vida dos trabalhadores urbanos.

Um ponto de partida para essa discussão é a questão da tendência a se atribuir às classes subalternas uma identidade, consciência de classe e organização como se esta fosse universal, o que leva o analista a considerar que a questão temporal seja igual para todos os trabalhadores. Assim, analisando o tempo do camponês por imputação, entende que o operário e o camponês mantêm o mesmo tipo de relação com o capital (MARTINS, 1989). O resultado de tal enfoque é a impressão de que o processo histórico se realiza num ritmo mais rápido do que o do camponês. Nesta perspectiva, passa-se a considerar como agente ativo da História o capital e não o trabalhador. Possivelmente, essa abordagem permitiria que os setores das classes populares que moram nas periferias das grandes cidades (subempregados, biscateiros, desempregados) também fossem vistos numa perspectiva temporal diferente da do operário fabril ou do trabalhador rural (MARTINS, 1989). Mas o intuito é o mesmo, isto é, o de perceber que as categorias de “atraso” e “ignorância” não se aplicam em termos comparativos; que toda sociedade, mesmo no passado, como também de hoje, possui uma pluralidade de sujeitos, mas com inserções diferentes de acordo com suas relações com o capital (STARN, 1991).

A grande imprensa confere aos grandes sindicatos urbanos uma maior visibilidade, pois há um maior interesse dos leitores da cidade pelas questões relativas aos produtos das fábricas como, por exemplo, a de automóveis. Tal procedimento pode induzir também aqueles que se interessam pelos movimentos sociais a dar um valor demasiadamente grande à alta visibilidade, excluindo dessa forma do cenário social as lutas dos trabalhadores rurais e das populações da periferia urbana. Assim, a política se torna o território privilegiado de determinados setores das classes populares, dos partidos políticos e dos sindicatos urbanos. Tal situação pode ser ainda mais agravada, se se confrontar as formas aparentemente “confusas e ultrapassadas” de luta dos trabalhadores rurais ou de moradores de favelas com outras formas “contemporâneas” como, por exemplo, a dos movimentos sociais de caráter pós-moderno, que lutam por direitos humanos, liberação racial ou sexual e ecologia (STARN, 1991; MARTINS, 1989). O mundo urbano não tem monopólio sobre o processo de sincretismo e inovação. E justamente porque o conhecimento e o saber que permitem uma explicação clara do capitalismo não se encontram concentrados de modo evidente no campo nem nas periferias urbanas, torna-se necessário olhar atentamente para a “cultura tradicional e suas referências sociais aparentemente sem sentido (...) pois aponta(m) para alternativas que não estão sendo consideradas, *a priori*, dadas como vencidas e inconseqüentes” (MARTINS, 1989).

A busca de um denominador comum para compreender as falas e as ações das classes subalternas pode levar a subestimar os fatos e a interpretações simplistas. Cada novo movimento, porém, onde quer que aconteça, deve ser

visto como singular e como um processo de construção e criação de identidade de grupo. Nesse sentido, um protesto não seria entendido exclusivamente como uma reação a forças externas, mas como um movimento que emerge de um conjunto de circunstâncias singulares e historicamente específicas. Pois “há coisas que um camponês que está sendo expropriado, pode ver e que um operário não vê” (MARTINS, 1989). Ao mesmo tempo, acompanhar a construção da identidade política de um determinado movimento requer que se evite a utilização de categorias preestabelecidas, tais como: hegemonia *versus* contra-hegemonia; revolução *versus* reforma; cooptação *versus* enraizamento nas bases; falsa consciência *versus* compreensão correta. Pois, poucas são as experiências onde as possibilidades de transformação radical são visíveis. A maioria dos movimentos possui implicações polivalentes, onde o desafio ao governo se mescla com a admiração das autoridades municipais e o desdém para com os burocratas locais. Dificilmente uma manifestação das classes populares é ou de oposição ou de submissão ao poder, e por essas razões tem que ser vista como singular e dinâmica, possuindo uma identidade própria (STARN, 1991).

Tanto para os trabalhadores rurais como para setores da população que habitam nas periferias das grandes cidades e mantêm inserção informal no mercado, a “resistência cotidiana” é um indicador das suas formas de organização. A falsa deferência, a evasão, o trabalho lento são comportamentos que apontam para o reconhecimento dos altos custos do protesto aberto. Neste sentido, faz sentido a frase de Gramsci que “a história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica ...” (GRAMSCI, 1977).

Reconhecendo as diferenças para conquistar a igualdade

Em seu trabalho sobre educação e movimentos sociais, Marília SPOSITO (1989) conta que durante a investigação foi apelidada de “jornalista popular” por alguns membros do movimento que a acompanhavam. Mesmo que o pesquisador não encaminhe os seus resultados para um jornal, seja popular ou da grande imprensa, a expressão se aplica a uma grande parcela de pesquisas realizadas por profissionais que de uma forma ou outra, acompanham os movimentos populares. Pois o papel de jornalista é o de registrar, analisar, interpretar e procurar devolver ao público, de preferência o público do movimento acompanhado, os resultados do “registro”. O que freqüentemente poderia ser uma excelente pesquisa qualitativa, acaba sendo prejudicada porque o pesquisador insiste em realizar o que imagina ser uma pesquisa participante, em vez de realizar o que Marília Sposito chama de “processo vivo de interação com grupos populares”. Tal postura muitas vezes reflete uma concepção que não reconhece a “desigualdade de saberes entre tipos diferentes de agentes”, pois a categoria de “construção desigual do conhecimento” pressupõe origens, histórias

e formações diferentes entre uma liderança popular e um profissional universitário. A construção desigual indica “diferenças nos saberes” e não necessariamente uma hierarquia dos saberes. Como diz o Carlos Brandão, “entre (...) um intelectual (...) e a ‘comunidade’, há uma desigualdade antecedente” (BRANDÃO, 1984).

Se a pesquisa participante oferece contribuições importantes, também tem limites, pois o autoconhecimento dos grupos e classes subalternas (...) é limitado pelo fato de que esse saber é o da própria ação (...) é o conhecimento do visível e não o conhecimento do que está oculto” (MARTINS, 1989).

Neste sentido, o mais importante é que o intelectual, ao propor desenvolver investigação junto às classes populares, procure realizar “uma investigação científica do ponto de vista popular”, ou como afirmou Sartre, procure “tomar o ponto de vista dos mais desfavorecidos” (SARTRE, 1980).

Nunca há passividade, mesmo em períodos de calma

As categorias de “apatia” e “desorganização” atribuídas às classes populares, escamoteiam uma realidade oposta. Uma grande parte da população dos bairros periféricos e favelas participa de algum tipo de organização (escola de samba, time de futebol, igreja) que, se de um lado não demonstram um discurso articulado politicamente, de outro lado, indicam relações coesas e sistemáticas. A própria sobrevivência de grandes parcelas dessas classes deve-se exclusivamente à sua “iniciativa” de viver. No entanto, é freqüente entre intelectuais e profissionais a crença de que a iniciativa é necessariamente um atributo deles, mesmo “reconhecendo que gostariam que não fosse assim”. Neste sentido, a imagem de passividade das classes populares é ilusória. Tal ilusão é, entretanto, funcional para justificar a atribuição de ação e de iniciativa exclusivamente aos mediadores (VALLA, 1986).

Freudenberg chama a atenção para o que ele denomina de terceira via de resolução dos problemas de saúde pública. A primeira é a da regulamentação governamental, enquanto a segunda se refere à investigação nas universidades. O mesmo autor aponta para os limites das duas vias, pois as regulamentações dos governos são sempre de acordo com determinados interesses e, neste sentido, necessariamente parciais, enquanto a pesquisa universitária obedece ao ritmo dos pesquisadores e não ao de quem sofre o problema. A terceira via, então, seria a reivindicação popular que, além de pressionar para uma solução mais rápida, aponta freqüentemente para questões que nem os governos nem os pesquisadores percebem (VALLA, 1993).

No “Programa de Investigação sobre as Condições de Vida na Região da Leopoldina”, há duas experiências, entre outras, que ilustram essa premissa. A

primeira trata da luta encaminhada pela Associação de Moradores e Amigos da Penha contra a multinacional Curtume Carioca. A luta, que durou dez anos (1982-1992), foi contra a ação poluidora desta fábrica, que prejudicava a região da Leopoldina ao ponto de gerar inúmeros casos de doenças respiratórias na população.

O aspecto mais curioso dessa luta, detectado nessa investigação, foi o grande número de pessoas que tinha conhecimento do problema, como também as condições objetivas que existiam para resolvê-lo. Os profissionais de saúde diagnosticaram a poluição criada pela Curtume Carioca como a grande responsável pelas doenças respiratórias. Os pesquisadores, tanto da Fundação Oswaldo Cruz, como da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tinham condições técnicas para solucionar o problema. E o Governador Leonel Brizola, no seu primeiro mandato, demonstrava disposição política para interferir em casos como este.

Mesmo com todas essas condições “objetivas”, a luta que resultaria na retirada da fábrica do bairro da Penha somente foi encaminhada quando os moradores efetivamente tomaram a iniciativa. Uma iniciativa que poderia ser chamada de “lado visível” de uma organização e articulação mais antiga e subterrânea (STOTZ, 1993).

A segunda luta, que está em andamento neste momento, trata dos moradores da Leopoldina em relação ao Hospital Geral de Bonsucesso (HGB), um dos maiores hospitais públicos na América Latina. Este caso é parte integrante de uma história de embates entre a população e a direção do Hospital que se desenvolve por mais de uma década.

Em dezembro de 1994 a direção do HGB determinou, por conta própria, que a emergência seria “referenciada”, isto é, que todo paciente grave só seria atendido quando encaminhado por uma outra unidade de saúde (Centro Municipal de Saúde, Posto de Atendimento Médico ou outro hospital). A decisão foi tomada sem a participação do Conselho Distrital de Saúde da Área Programática 3.1 (correspondente à região da Leopoldina). Formalmente a questão é séria, pois o Conselho Distrital é de caráter deliberativo e não apenas consultivo, tendo uma composição tripartite (diretores de unidades de saúde, representantes dos profissionais e usuários, a maioria dos quais são moradores de favelas).

Mesmo que o Conselho seja a instância de deliberação mais importante no distrito, um pequeno grupo de moradores historicamente ligados aos problemas do HGB formou uma comissão pedindo uma audiência com a direção do Hospital. A questão principal colocada pela Comissão era que numa cidade do tamanho do Rio de Janeiro, com a Avenida Brasil passando ao lado do Hospital, certamente haveria inúmeros casos de emergência (baleados,

acidentados, etc.) que não poderiam esperar ser registrados. Acrescentaram que mesmo que os profissionais prometessem atender esses casos não referenciados, não seria uma solução satisfatória, pois quem faz a triagem no portão do Hospital é o guarda.

Quando os membros do Conselho questionaram o processo de decisão assumido pela Comissão, pelo fato de que as negociações com a direção do HGB era de responsabilidade do Conselho, a Comissão respondeu que o assunto era urgente e que o Conselho tinha uma burocracia pesada e agia com muita lentidão. No fim, com bastante rapidez foram realizados encontros entre profissionais do HGB e usuários, contando com a presença de membros do Conselho. Na realidade, a decisão de referenciar a emergência do HGB não afetava somente a este hospital, pois aumentaria a procura dos outros. Neste sentido, reuniões também foram realizadas no Hospital Universitário da UFRJ. Destes encontros surgiu uma bateria de informações que, com certeza, se não tivesse havido a iniciativa da Comissão de Moradores, dificilmente assumiria um caráter público. Por exemplo, foi revelado que não há um leito público para portadores do vírus HIV na Baixada Fluminense (três milhões de habitantes); que 80% das pessoas que procuram o setor de doenças infecto-parasitárias do HU da UFRJ também são portadores do mesmo vírus; que depois da abertura da Linha Vermelha, dobrou a procura de pacientes de regiões fora do Município do Rio de Janeiro; que um plantonista recebe R\$ 300,00 por 12 horas semanais (CRISE, 1995).

É claro que com esta iniciativa a crise do sistema de saúde no Rio de Janeiro não se resolve. Mas o caso ilustra algumas questões importantes. Um pequeno grupo de moradores, por exemplo, lançou mão da prática de “democracia direta”, pois percebeu que freqüentemente a “democracia representativa” é um procedimento insuficiente. Essencial, mas muitas vezes pouco eficaz. Uma segunda questão é que dificilmente os profissionais teriam divulgado tantas informações (baixos salários, demanda enorme para poucos recursos humanos, desleixo dos governantes em face da crise, necessidade de ter apoio popular), se a conjuntura não se tivesse tornado tão favorável à sua socialização.

Entre a realidade dura e a teoria mole

Na sociedade contemporânea se faz largo uso de conceitos gerais que, embora seus termos sejam empregados de uma forma correta, não conseguem todavia explicar a realidade das condições de vida das classes populares. É o que poderia ser denominado de “teoria do senso comum”, ou “teoria mole”: explica-se uma realidade à primeira vista mais universal, mas na realidade não se dá conta das condições de vida do cotidiano das populações que habitam os

bairros periféricos e as favelas. Quase sempre os governantes lançam mão dessas explicações, mas freqüentemente também os grupos de mediação fazem o mesmo uso desses conceitos.

Toda criança aprende na escola que se deve evitar o cólera, mediante hábitos higiênicos como o de se dar descarga na privada depois de se evacuar. A recomendação é correta, pois a transmissão do cólera ocorre através das fezes. O que essa recomendação não leva em conta é que em muitas residências das favelas do Rio de Janeiro, nunca se dá descarga nas privadas para se evitar a perda de uma quantidade substancial da água, pois seu fornecimento se dá somente uma ou duas vezes por semana. Entrevistas e encontros com moradores de favelas têm revelado que as mulheres das favelas despejam na privada a água servida das lavagem dos pratos ou da roupa suja.

Além do fato de que não é possível seguir a recomendação, esta orientação representa uma contradição grande entre o ensino na escola pública e o cotidiano dos alunos.

O mosquito do dengue e da febre amarela se cria na água limpa. O anúncio deste fato aponta para uma outra recomendação: manter tampado todo recipiente de água, em geral a caixa d'água, e trocar diariamente a água das plantas em casa. Embora tal orientação esteja correta, ignora-se uma contradição importante: quem recebe água uma ou duas vezes por semana e mora numa casa de 40 a 50 metros quadrados, dificilmente consegue ter água a semana inteira, a não ser que a armazene em tambores e panelas. O uso diário dessas reservas faz com que a orientação oferecida pelos técnicos das Secretarias de Saúde tenha pouco significado para essas populações (VALLA, 1994).

Estes mesmos setores da população vivem em condições que propiciam, então, doenças como hepatite e leptospirose (doença contraída da urina do rato em água parada). Uma das formas que as Secretarias de Saúde tem para combater essas doenças é através da notificação pela população. Mas, na medida em que grandes parcelas têm contato com estas doenças, adquirem imunidade, fazendo com que caia o número das notificações. Embora o índice de doenças possa cair, as condições que propiciaram os males continuam. Já que a "doença" é notícia e não as "condições de vida", o assunto desaparece dos jornais, a não ser que ocasionalmente pequenas parcelas da classe média sejam atingidas (DAVID, 1995).

A soma de questões como as apresentadas acima aponta para o uso da categoria "grupo social" em vez de "classe social". Embora a segunda não tenha perdido sua validade, é demasiadamente ampla para dar conta de situações específicas no interior das classes subalternas. Mesmo na própria Região Leopoldina há favelas que recebem água todo dia, enquanto outras apenas uma

vez por semana, de modo que aquelas não têm os mesmos problemas destas, embora todos os moradores de ambas pertençam às classes populares. Não seriam estes fatores parte integrante do “singular processo de construção e criação de identidade de grupo” de que fala Starn?

O que parece ser uma “outra lógica” aponta, na realidade, para outras categorias de análise

Trabalhar com os temas de movimentos sociais e educação popular exige muito estudo, tanto em nível teórico, quanto em nível de uma atenta observação daquilo que está sendo dito ou realizado por grupos populares. O que freqüentemente aparenta ser uma lógica estranha ao pesquisador é, na realidade, uma insuficiência de quem está fazendo a leitura. Mas a superação desse dilema não passa exclusivamente pelo trabalho acadêmico, embora a socialização de novas categorias ocorra freqüentemente através dos artigos de revistas, livros, dissertações e teses produzidos neste campo. Mas é comum também que novas categorias possam ser elaboradas a partir do olhar e do ouvir atento durante os encontros e conversas com as classes populares.

Metalúrgicos de uma fábrica no Rio de Janeiro, ao ser advertidos pelo engenheiro de que, se não utilizassem o equipamento de segurança, poderiam sofrer acidentes fatais, responderam que a hora da morte deles já estava determinada e que não seria o uso do equipamento de segurança a mudar essa hora. Quando o engenheiro retrucou, argumentando que, caso morressem, seus filhos ficariam desamparados, os operários responderam que os filhos poderiam ficar com o compadre ou com os tios (RODRIGUES, 1992).

Uma organização não-governamental peruana, depois de trabalhar dois anos com uma população pobre, foi obrigada a se retirar do bairro por total falta de apoio da população. Quando sociólogos foram pesquisar o que tinha acontecido, descobriram que uma das coisas que mais irritava a população era a insistência dos técnicos para que as suas reuniões com a comunidade fossem assistidas por muitos. Um dos motivos de conflitos gerados entre a população e os técnicos era que poucas pessoas, e geralmente as mesmas, participavam das reuniões. Os sociólogos descobriram na pesquisa que essas poucas pessoas tinham sido previamente indicadas pela população com a tarefa de assistir às reuniões e depois socializar as decisões e avisos, através de uma complexa rede de comunicação.

Quando o governo boliviano construiu um hospital no interior do país, os camponeses deixaram de fazer os partos de seus filhos em casa, para fazê-los no hospital. Depois de alguns meses, porém, os camponeses deixaram de freqüentar o hospital, e este caiu no abandono. Pesquisadores, mais tarde,

descobriram que os camponeses, seguindo sua tradição, sempre enterravam a placenta da mãe num local que representasse o augúrio de uma vida próspera e feliz para os recém-nascidos: no campo, se fosse um menino, ou perto da cozinha, se fosse uma menina. Os profissionais do hospital jogavam as placentas das mães no lixo (VÁSQUEZ, 1991).

Na região da Leopoldina, lideranças de favelas não aceitam a recomendação de mediadores de que o Estado, isto é, a Companhia Estadual de Água e Esgotos (CEDAE), deveria assumir e dirigir a distribuição de água nas favelas. Alegam que, se a CEDAE fosse responsável, as favelas ficariam sem água, pois se há água nas favelas, mesmo que seja pouca, é porque os moradores, de uma forma ou de outra, acabam “arrancando” a água da Companhia. Na realidade, o que está por detrás dessa orientação dos mediadores é uma concepção de que o Estado “deveria estar fazendo”, ou seja, uma concepção de “previsão”, do futuro. Do lado da liderança é uma concepção do “presente” ou de “provisão”, isto é, a certeza de que a CEDAE não presta seus serviços para os moradores destas favelas, a não ser a partir da pressão permanente exercida por eles. O que se pode perceber neste embate é que a categoria “Estado” tem significados diferentes para os dois lados (VALLA, 1996).

As categorias de “apatia” e “cansaço” são utilizadas quando as classes populares não correspondem aos apelos de um partido político, sindicato ou organização não-governamental. No entanto, há uma fonte imensa de energia empregada semanalmente nas peladas de futebol, nos bailes *funk* e nas igrejas denominadas “populares” ou “de crentes”. É comum para membros dos partidos políticos e sindicatos progressistas reclamarem de que os pastores destas igrejas manipulam a população e até se enriquecem às suas custas. Uma afirmação que teria que ser comprovada através de uma investigação. Mas supondo que fossem verdadeiras, tais acusações ainda não explicam porque a frequência nestes cultos aumenta a cada dia. As classes populares devem estar encontrando algo nestes espaços que justifique estes esforços e sacrifícios. Hiroo Takagi, professor de religião na Universidade de Tóquio, embora falando dos jovens no Japão, fornece uma pista: “As pessoas estão sempre submetidas a pressões, sempre competindo (...) a solidão gerada pela sociedade moderna pode conduzir algumas pessoas (...) a entrar nessas novas seitas (...) as possibilidades de comunicar-se com outras pessoas são limitadas. Ao aderir a uma das novas religiões podem facilmente compartilhar compaixão e senso de união” (RELIGIÕES, 1995).

Para muitos que se dedicam ao tema “movimentos sociais e educação popular”, há uma tendência, ou por formação acadêmica, ou por orientação política, de fazer uma leitura das falas e das ações das classes populares pela categoria “carência”. Se de um lado a pobreza e miséria se prestam a reforçar o uso desta categoria, há intelectuais que pensam que tal leitura possa

freqüentemente empobrecer nossas análises. Chamam a atenção para uma outra categoria, “intensidade”, que traz dentro de si a idéia de “iniciativa”, de “lúdico”, de “autonomia”.

José Carlos Rodrigues aponta o caso dos “surfistas” dos trens no Rio de Janeiro. Pela categoria “carência”, o fato de passageiros viajarem em cima do trem seria explicado ou pela falta de dinheiro, ou pela superlotação do trem. Entrevistas posteriores têm demonstrado, entretanto, que em geral o “surfista” tem condições de pagar a passagem e que há vagas no trem por ele escolhido. Carência ou intensidade? (RODRIGUES, 1992).

Na Argentina, uma análise semelhante é feita: “As mães da Praça de Maio (...) não discutem as causas, não argumentam sobre política, não dissertam sobre o futuro econômico-social. Elas querem os corpos dos seus filhos desaparecidos. Elas estão fora da política e produzem o acontecimento mais inédito e radical da sociedade contemporânea (...). A tragédia delas é delas e elas não a negam nem a psicoanalisam. Elas o intensificam. Nada de luto ou de conviver, intensificar (...). Elas transportam o drama familiar (perda de um ente querido) para o coletivo, o social, a praça. As mães não introjetam sua perda. Elas a expandem (...). Querem o que todos os ‘normais’ apregoam: verdade, justiça e ... seus filhos! E essa pregação toca a todos, produz um efeito de envolvimento que, efetivamente, supera o da produção de todos os meios de informação e propaganda (televisão, rádio, jornal, etc.)” (SAIDÓN, 1991).

Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, Carlos R. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CRISE de Saúde explode nos serviços de emergência. In: *Se Liga no Sinal*. Boletim Informativo do Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina, CEPTEL (Rio de Janeiro), Ano 4, n. 20, p. 7, 1995.
- DAVID, Helena S. Leal. *Informação em Saúde e Diversidade Cultural entre Grupos Sociais* : O Caso de Petrópolis. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação de Mestrado - ENSP/FIOCRUZ.
- GRAMSCI, Antonio. Appunti sulla storia delle classi subaltermi. In: *Il Risorgimento*. Roma: Editori Riuniti, 1977. Apud: MARTINS, José de Souza. Dilemas sobre as classes subalternas na Idade da Razão. In: *Caminhando no chão da noite*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MARTINS, José de Souza. Dilemas sobre as classes subalternas na Idade da Razão. In: *Caminhando no chão da noite*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

- MOISÉS, José Álvaro. O Estado, contradições urbanas e movimentos sociais. In: MOISÉS, J. A. (Org.) *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- NUNES, Edison. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, v. 17, 1989.
- RELIGIÕES proliferam no Japão. *Folha de São Paulo*, 23 mar. 1995.
- RODRIGUES, José Carlos. *Ensaio em antropologia do poder*. Rio de Janeiro: Terra Nova, 1992.
- SAIDÓN, Osvaldo. As loucas da Praça de Maio: carência ou intensidade? *Tortura Nunca Mais*. Boletim Informativo do Grupo Tortura Nunca Mais (Rio de Janeiro), ano 3, n. 12, p. 8, 1991.
- SARTRE, J. P. *Pladoyer pour les intellectuels*. Paris: Gallimard, 1980. Apud: SPOSITO, Marília Pontes. *A ilusão fecunda : A luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- SPOSITO, Marília Pontes. *A ilusão fecunda : A luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- STARN, Orin. *Reflexiones sobre rondas campesinas, protesto rural e nuevos movimientos sociales*. Lima: IEP Ediciones, 1991.
- STOTZ, Eduardo Navarro. Luta pela saúde ambiental: a AMAP contra Curtume Carioca S.A. Uma experiência vitoriosa. In: VALLA, Victor V.; STOTZ, Eduardo N. (Org.) *Participação Popular, educação e saúde : Teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- VALLA, Victor Vincent. *Educação e favela : Políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1986.
- _____. Participação popular e saúde: a questão da capacitação técnica no Brasil. In: VALLA, Victor V.; STOTZ, Eduardo N. (Org.) *Participação Popular, educação e saúde : Teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- _____. A construção desigual do conhecimento e o controle social dos serviços de educação e saúde. In: VALLA, Victor V.; STOTZ, Eduardo N. (Org.) *Participação Popular, educação e saúde : Teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993a.
- _____. Introdução. In: VALLA, Victor V.; STOTZ, Eduardo N. (Org.) *Participação Popular, educação e saúde : Teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993b.

_____. Nova ordem mundial e condições de vida no Brasil: modificando as relações entre sociedade civil e educação popular. *Educação e Realidade* (Porto Alegre), v. 19, n. 2, 1994.

_____. A crise da interpretação é nossa. Procurando compreender a fala das classes subalternas. In: *Educação e Realidade* (Porto Alegre), v. 21, n. 2, 1996.

VALLA, Victor V.; STOTZ, Eduardo Navarro. *Participação popular e saúde*. 2.cd. Petrópolis: Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina, 1993c.

VÁSQUEZ, Felix Angél Gómez. Inter-Relação: Agentes de Saúde e Comunidade. In: *Religiosidade e Saúde Popular*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1991.